

Cidades.

Medicina:
Ufes pode
criar vagas

A Ufes estuda criar o curso de Medicina no campus de São Mateus e a ampliar as vagas do curso em Vitória. Falta ainda elaborar projeto para enviar ao MEC. **Página 5**

Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

QUIOSQUES: OBRA SEM LICITAÇÃO EM CAMBURI

Ação federal denuncia três e diz que houve apoio eleitoral

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Os sete quiosques da Praia de Camburi, em Vitória – localizados entre o Pier de Iemanjá e a Avenida Adalberto Simão Nader – foram construídos sem licitação. É o que concluiu o Ministério Público Federal (MPF), que moveu uma ação penal e outra por improbidade administrativa, ambas já aceitas pela Justiça Federal, contra um secretário, um subsecretário e um empresário.

Segundo a denúncia, Paulo Maurício Ferreira, à época secretário de Obras da Capital, e seu subsecretário, Juscelino Alves dos Santos, “ignoraram as exigências legais” e contrataram sem licitação a empresa Cinco Estrelas Construtora e Incorporadora Ltda, cujo diretor é Paulo Alexandre Ferreira Baraona.

O empresário, diz o mesmo documento, “praticava atos ostensivos de apoio e de financiamento ao grupo político do ex-prefeito João Coser, tendo doado R\$ 80 mil para sua campanha de reeleição” e patrocinado, junto com outras empresas, anúncios nacionais “enaltecendo a gestão do prefeito”.

A história da obra começa em 2005, quando a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) assinou convênio



EDSON CHAGAS

A construtora Cinco Estrelas foi a selecionada pela prefeitura para a obra e por ela recebeu mais de R\$ 10 milhões

com o município de Vitória objetivando a urbanização da praia. Uma licitação foi feita em 2007, e o contrato chegou a ser assinado com a vencedora, A.Madeira.

Mas a SPU exigiu diversas modificações no projeto. Com isso a vencedora da licitação desistiu do contrato. Foi quando os denunciados convocaram a empresa Cinco Estrelas

para realizar a nova obra. Fato que na avaliação do MPF não deveria ter ocorrido. “Com a rescisão do contrato e a necessidade de modificação substancial do objeto licitado, caberia à Prefeitura de Vitória fazer nova licitação”, diz o texto da denúncia.

Outra irregularidade foi que, além do contrato de R\$ 6,6 milhões, foi feito com

ATUAÇÃO

“Minha atuação se deu na captação de recursos junto ao governo federal e na definição conceitual do projeto; já execução técnica ficou com a Secretaria de Obras”

JOÃO COSER
EX-PREFEITO

a construtora um aditivo de R\$ 3,6 milhões, que correspondia a 54,37% do projeto original. Um acréscimo, segundo a denúncia, que “além de vedado pela lei, foi praticado com dolo”.

“O aditamento foi realizado em favor de empresa com claras e públicas ligações com a gestão que, naquele momento, comandava a prefeitura”, diz a de-

núncia, acrescentando ainda que a empresa que rescindiu o contrato recusou-se a fazer o aditamento porque teve receio quanto a legalidade da conduta.

RESPOSTA

Paulo Maurício discorda da denúncia. Explica que não ocorreram tantas alterações no projeto que mudassem o objeto principal, que era a urbanização. Por isso foi chamado o segundo colocado, sem necessidade de uma nova licitação, como estabelecia a legislação vigente à época.

Destaca ainda que o contrato foi assinado faltando dois anos para terminar a administração, “o que descarta motivos eleitorais”, pontua.

A advogado Felipe Nascimento Bernabé, que faz a defesa do empresário e do subsecretário, informou que os esclarecimentos serão apresentados no “curso do processo”.

Por nota, o ex-prefeito João Coser disse que a construção dos quiosques obedeceu a lei de licitações e foi submetida à Controladoria e à Procuradoria Geral do Município. Também contou com a análise e aprovação da Caixa Econômica, agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos.

O VAIVÉM

2005
▼ **Dezembro**
União celebra contrato com o município de Vitória para a urbanização de Camburi. Por intermédio da Caixa, foram repassados à prefeitura R\$ 5 milhões, com contrapartida do município de R\$ 13 milhões.

2007
▼ **Junho**
Após celebrar o convênio, a prefeitura fez a licitação. A vencedora foi a A.Madeira. Mas ainda não possuía autorização das SPU para a obra, que acabou exigindo várias modificações no projeto. Com isso, a A. Madeira

desistiu do contrato.
2008
▼ **Doação**
Segundo o MPF, a Cinco Estrelas doou R\$ 80 mil para campanha de reeleição do ex-prefeito João Coser. No ano seguinte ajudou a financiar anúncio nacional “enaltecendo a

gestão de Coser”.
2010
▼ **Junho**
Assinado contrato com a Cinco Estrelas, que assume a obra de Camburi, por R\$ 6.651.546,73. Em outubro do mesmo ano, o contrato ganha um aditivo de R\$ 3.616.337,17, valor que

correspondia a 54,37% do projeto original, diz MPF.
2010
▼ **Polêmica**
Denúncia de A GAZETA mostra as dúvidas que existiam em torno do preço de cada quiosque. O vaivém dos valores ia de R\$ 1,14 milhão, a unidade,

anunciado pela prefeitura em agosto de 2010. Depois passou para R\$ 714 mil, no mesmo mês; para R\$ 646 mil, dois meses depois; para R\$ 800 mil, em novembro do mesmo ano; até chegar a R\$ 420 mil, em fevereiro de 2012.